

GERAL

COMENTAR | CORRIGIR | Compartilhar

SEGURANÇA PÚBLICA Notícia da edição impressa de 11/10/2017. Alterada em 10/10 às 21h18min

Organização criminal avança no Estado, indica FEE

Suzy Scarton

A crise na segurança pública pela qual passa o Rio Grande do Sul já não é novidade. Além de tentar entender os motivos que causaram o aumento da violência - dados do aplicativo Segurança e Cidadania de 2017, da Fundação Getulio Vargas, apontam que, de 2013 a 2015, o Estado caiu de quarto para nono com menor taxa de homicídios dolosos -, pesquisadores tentam traçar um perfil do crime gaúcho e elencar possíveis soluções. No painel "Indicadores e desafios para uma política de segurança pública no Rio Grande do Sul", realizado nesta terça-feira, na Fundação de Economia e Estatística (FEE), a socióloga Daiane Boelhouwer Menezes e a bolsista Vitoria de Gonzatti apresentaram a pesquisa "Relações entre crimes na Região Metropolitana de Porto Alegre: um primeiro diagnóstico da organização criminal", na qual procuraram estabelecer uma relação entre o aumento de alguns tipos de crimes nos últimos anos, o que pode demonstrar o estágio em que a organização criminal se encontra.

O primeiro desses três estágios consiste em uma lógica mais societária do que econômica, com episódios de violência causados por motivos banais. No segundo, a criminalidade envolve competição e extinção de grupos ou facções, mais armamento, assassinatos em massa, enfrentamento com a polícia e encarceramento massivo. O terceiro e último engloba controle de mercado, divisão territorial e atividades comerciais mais amplas. Para Daiane e Vitória, há indícios de que a Região Metropolitana tenha entrado no segundo estágio, visto que, entre 2002 e 2016, as ocorrências de tráfico de drogas quintuplicaram, e as de homicídio dobraram. "Usamos dados da imprensa para fazer um levantamento dos homicídios, como esquartejamentos e decapitações. São crimes violentos, que procuram aterrorizar o alvo e o entorno. E, geralmente, tanto a vítima como o criminoso estão envolvidos com o tráfico", caracteriza Daiane.

No Estado, a solução que tem sido apresentada é a criação de vagas prisionais e a construção de mais penitenciárias. No entanto, especialistas alertam que prender mais não é a solução para o problema endêmico no País. Enquanto alguns estados, por motivos diversos, avançaram na implementação de políticas públicas, como Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, o Rio Grande do Sul ficou estagnado.

Pensamento conservador é uma resposta ao medo, diz Rodrigo Azevedo

O estudo "Medo da Violência e Autoritarismo no Brasil", do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, associou a alta propensão dos brasileiros a apoiar teses autoritárias ao quadro ameaçador da segurança pública no País, que registra mais de 60 mil homicídios por ano. Cada vez mais acuado pela insegurança, o brasileiro se torna propenso a aceitar o surgimento de "salvadores da pátria" ou a apoiar medidas

HOJE NO JC

Para Folhear

Modo Texto

Assine Já

IOS

Android



LEIA TAMBÉM



Greve da Polícia Civil tem 'adesão maciça', diz Ugeirm

Forças Armadas reafirmam apoio a operações de segurança no Rio



Convênio permite adoção do método Apac no Rio Grande do Sul

de autoproteção, como a revogação do Estatuto do Desarmamento, de 2003.

Embora as prisões estejam lotadas, a impunidade ainda é um dos principais problemas da sociedade. "Temos que soltar presos. A questão é: quem será solto?", pondera Rodrigo Azevedo, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança. Ele também critica a política de repressão às drogas instaurada no País. "É uma piada. O usuário é criminalizado, o pequeno traficante é preso. Será que focar a criminalidade violenta não seria mais interessante para o encarceramento?", questiona.

A sociedade responde à impunidade com pedidos de penas mais duras e apoio a máximas que defendem que "bandido bom é bandido morto" - e desse discurso surgem figuras como o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), já pré-candidato à presidência da República em 2018. "Vivemos um momento de legitimação da violência: é usada pelas polícias, pelos traficantes, por manifestantes; e tinha de ser interdita. Não se pode usar violência", defende Azevedo.

Para o professor, diante de cenário tão preocupante, faltam lideranças políticas capazes de "enfrentar a opinião pública, a mídia e as polícias" para alterar o sistema. Além disso, defende uma arquitetura institucional, com articulação entre governos federal, estadual e municipal, cada um atuando em uma frente; e a superação da atual dicotomia entre Brigada Militar, que atua na prevenção e coibição de crimes, e Polícia Civil, responsável pela investigação de delitos. "Polícia e prisão são fundamentais, mas tem que ter prevenção. O investimento no jovem é o mais barato e o que mais dá retorno", alerta.

Líderes de facções são transferidos do Presídio Central após tumulto



Cadastre seu e-mail no formulário abaixo para começar a receber a newsletter diária.

@ informe seu e-mail

CONTINUAR

informe seu nome

informe sua profissão

campos opcionais

CADASTRAR

[COMENTAR](#) | [CORRIGIR](#) | [Compartilhar](#)

COMENTÁRIOS

Seja o primeiro a comentar esta notícia

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

Av. João Pessoa, 1282 - Farroupilha
Porto Alegre - RS - CEP 90040-001
Fone (51) 3213.1300

JORNAL DO COMÉRCIO

Capa
Últimas notícias
Edição para folhear
Edição modo texto
Edições anteriores
Especiais
Fale conosco
Trabalhe conosco
Assine
Portal de Relacionamento

EDITORIAIS

Economia
Política
Geral
Internacional
Esportes
Cultura
Opinião
Colunas
Cadernos
GeraçãoE
Marcas

SERVIÇOS

Agenda de eventos
Indicadores
Galeria de imagens
Galeria de vídeos
Tempo
RSS
Newsletter
Blog Acontecendo

Buscar